

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 25Data: 01/03/81

Pg.: _____

**Plano da Paraíba para
o índio recebe críticas**Do correspondente em
JOÃO PESSOA

O Projeto Integrado Potiguara, que o governo da Paraíba acaba de lançar para assistir 588 famílias indígenas de 29 aldeias, em sua maioria situadas na reserva da Baía da Traição, a 77 km de João Pessoa, começa a sofrer restrições em setores da Igreja que atuam na região. O governo diz que o projeto vai melhorar a vida econômica e social dos índios e nele serão investidos recursos da ordem de Cr\$ 280 milhões, oriundos também do Ministério da Agricultura e do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais—Prodecor. Por sua vez, setores da Pastoral do Índio da Arquidiocese identificam no programa “uma manobra para bloquear a luta do índio pela posse da terra, seu maior objetivo”.

Dados históricos revelam que as terras foram recebidas do rei de Portugal no início do século XVIII, numa sesmaria em Baía da Traição, com uma superfície de 400 quilômetros quadrados. Os marcos que delimitavam a área, segundo um estudo em poder do governo paraibano, foram destruídos ou mudados de lugar pelos habitantes da região. A comunidade indígena, que se distribui ainda pelos municípios de Mamanguape e Rio Tinto, na microrregião do litoral, compõe-se de remanescentes potiguaras, trabalhadores rurais e pescadores que moram em casas de taipa, cobertas com palha de coqueiro e com piso de terra batida.

Segundo esse estudo, é grande a incidência de mortalidade infantil na área. A maioria das doenças é causada pela desnutrição e falta de saneamento básico e nem a medicina curativa praticada por unidades de saúde do Estado ameniza a situação dos habitantes. A falta de higiene nas habitações provoca a expansão da parasitose intestinal, gastroenterite, desidratação, agravadas pela deficiência alimentar, baseada na farinha de mandioca, macaxeira, milho e feijão. A agricultura é o principal meio de sobrevivência do indígena e a pesca é atividade quase exclusiva dos brancos, que usam remanescentes potiguaras como mão-de-obra barata.

A renda familiar não atinge o salário mínimo na grande maioria da população, obrigando-a a complementá-la com outras fontes, nem sempre fáceis, como a extração de madeira, proibida pela Funai para evitar o desmatamento. Na reserva, existem terras arrendadas a brancos, enquanto cresce o número de possi-

ros que lá se instalam, entrando em conflito com os índios.

O PROJETO

Diante desse quadro, o governo preparou o Projeto Potiguara, “que visa dotar a região de infra-estrutura sócio-econômica, além de dinamizar a força de trabalho marginalizada do processo produtivo do Estado”. Técnicos oficiais visitaram as aldeias e fizeram levantamentos e pesquisas. Na semana passada, já de posse do programa, o governador Tarcísio Burity foi à Baía da Traição lançá-lo oficialmente. A Pastoral do Índio da arquidiocese queixa-se, entretanto, de que nem ela nem os indígenas viram o projeto e observa que o principal objetivo dos potiguaras é a demarcação de suas terras, prometida para 78 e até agora não efetivada. Nos últimos anos, a Universidade Federal da Paraíba quis colaborar na demarcação, mas esse trabalho foi interrompido por divergências na fixação dos limites.

“Agora — denuncia Antonio Eliton, membro da Pastoral —, o governo quer retirar o pessoal da luta pela demarcação, impondo um projeto que não foi submetido à discussão dos interessados e que representará maior capitalização do campo.”

O governo garante porém que a demarcação está nos planos da Funai, para impedir “o processo contínuo de invasão que vem ocorrendo sistematicamente em detrimento dos direitos indígenas”. Mas alega que o projeto vai proporcionar “meios condignos de sobrevivência”, além da prestação de serviços, como melhoria de estradas vicinais, aumento da produtividade, atenção à pesca artesanal, melhoria da rede elétrica, abastecimento e ensino. O governo quer criar também um fundo de comercialização para refinanciamento da produção dos índios, um fundo de assistência à pesca nas aldeias, para construção de novas embarcações, aquisição de apetrechos de pesca, consertos e reparos das embarcações, e uma cooperativa agropecuária para difundir o “associativismo” na área.

Os setores oficiais prometem evitar o “paternalismo”. Mas o padre Fernando Abath, da arquidiocese de João Pessoa, adverte que “um programa desse tipo deve levar em conta a promoção humana e não pode ser feito de cima para baixo”, sem sugestões dos interessados. Segundo ele, “os índios não podem ser eternamente tutelados ou tratados como menores”, e adverte que a demora na demarcação das terras é “um esbulho dos seus direitos”.